



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTADO DO PARÁ

Olga Myrla Tabaranã Silva¹
Christiane Pimentel e Silva²
Cilene Sebastiana da Conceição Braga³
Ediane Moura Jorge⁴
Reinaldo Nobre Pontes⁵
Francisco dos Santos Neto⁶
David William Queiroz Paixão⁷
Silvana Alves da Silva⁸
Karina Camille Marques Cezar⁹

Resumo: O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa quantiquantitativa que analisou a qualidade de apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa de assistentes sociais formados no estado do Pará. Os principais resultados indicam condições de trabalho extremamente precarizadas, por vezes relacionadas a condições objetivas de formação profissional.

Palavras-chave: Formação profissional. Exercício profissional. Fundamentos. Teoria-prática.

Abstract: The study presents results of a quantitative qualitative research that analyzed the quality of apprehension of the theoretical-methodological, ethical-political and practical-operative dimensions of social workers trained in the state of Pará. The main results indicate extremely precarious working conditions, sometimes related to conditions vocational training.

Keywords: Professional qualification. Professional exercise. Fundamentals. Theory-practice.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

⁵ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

⁶ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

⁷ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

⁸ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

⁹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <chrissilva@linuxmail.org>.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa aprovada na Chamada Pública do CNPQ concluída em dezembro de 2017 e realizada pela equipe do Grupo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Formação Profissional e Política Social (GEPSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O objetivo geral da pesquisa foi analisar a qualidade teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa dos assistentes sociais formados sob as Diretrizes Curriculares de 2002 e que atuam na Região Metropolitana de Belém do Pará.

Foi realizada uma pesquisa quantiquantitativa de tipo exploratória e descritiva. Os dados quantitativos foram obtidos a partir de questionários hospedados no site do CRESS 1ª Região para acesso de todos os profissionais do Estado do Pará, para alcançar a maior diversidade nos sujeitos da pesquisa e contou com 478 participantes.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com oito (8) assistentes sociais formados sob a égide das novas diretrizes curriculares e pertencentes às universidades Públicas, Privadas Presenciais e Privadas de Educação a Distância. É importante ressaltar que a maioria dos profissionais que aceitaram participar da pesquisa formaram-se pela UFPA, totalizando 4 (quatro). Os outros 4 (quatro) dividiram-se em 2 (dois) da Universidade da Amazônia, 1 (um) da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e 1 (um) da Anhanguera¹⁰.

A metodologia de sistematização dos dados utilizada foi a análise de conteúdo, uma vez que buscávamos categorias teóricas presentes na realidade expressa pela fala dos/das participantes. Os focos das questões norteadoras envolviam a avaliação se os conteúdos do Projeto Pedagógico da formação informavam/preparavam para o trabalho profissional; se a tendência crítico-dialética, condizente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social é identificada na atuação profissional; Como o conhecimento adquirido na formação manifestou as Políticas Sociais em que os profissionais atuam e, por fim, se a

10 A Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e a Anhanguera são duas marcas subsidiárias da Kroton Educacional, desde os anos de 2011 (UNOPAR) e de 2014 (Anhanguera). A Kroton Educacional, é atualmente, a maior empresa privada mundial na área educacional na esfera do ensino superior, e com investimentos recentes para a educação básica.

modificação nas bases das Diretrizes Curriculares melhoraram a formação e a atuação profissional na contemporaneidade.

Buscávamos avaliar os impactos das Diretrizes Curriculares bem como debater o processo de unidade teoria-prática que, no Pará, aparece fragilizado pelos discursos evidenciados em seminários que realizávamos. Por isso, o perfil de participante pretendido se constituiu de formados a partir do ano de 2009, com no mínimo 1 ano de experiência e não ter outra graduação. Torna-se importante ressaltar que tivemos dificuldade em encontrar profissionais formados sob as novas Diretrizes Curriculares na Região Metropolitana de Belém, devido à maioria das novas demandas de emprego localizarem-se nos municípios do interior do Pará.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2014 a 2017, através das seguintes fases: Pesquisa Bibliográfica e documental; capacitação da equipe e pesquisa de campo; sistematização e análises dos dados e publicações. Assim, ela também capta, em alguns momentos, a tendência neoconservadora que a cada ano tem implicado discursos regressivos no campo dos direitos sociais, com o avanço do neoliberalismo no Brasil, principalmente, a partir do ano de 2016.

O contexto da formação profissional em serviço social no Pará

Na pesquisa realizada, destacou-se o seguinte perfil sócio-histórico e de formação, entre os assistentes sociais que responderam aos questionários: 38,08% formados no ensino Público Presencial (UPP); 26,15% formados no ensino Privado Presencial (UPR); 35,77% formados na modalidade de ensino a distância (EaD). Uma realidade em pleno movimento de alteração, visto que até o mês de junho do ano de 2019¹¹, de acordo com o Cadastro Nacional e Instituições da Educação Superior (Cadastro e-MEC), no estado do Pará, havia 50 (cinquenta) Institutos de Ensino Superior (IES), com curso de Serviço Social, entre as quais, apenas 17 constituíam-se de cursos presenciais e os demais 33 cursos são ofertados na modalidade de ensino a distância.

¹¹Consulta realizada no dia 20 de junho de 2019, no Cadastro e-MEC.

Com relação ao número de vagas anuais autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC), o Cadastro e-MEC revela ainda que, no estado do Pará, os cursos de modalidade presencial somam 3.240 vagas, enquanto o número de vagas autorizadas para os cursos na modalidade a distância totalizam 150.009 vagas. Essa realidade revela uma tendência de profunda alteração no mercado de trabalho de assistentes sociais, em andamento, que se soma ao contexto de avanço de políticas neoliberalizantes, com desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, que se expressam na precarização das condições de trabalho.

Como assinala Iamamoto (2014), a precarização se expressa no aumento de formas de contrato por tempo determinado ou por tarefas/projeto, com rebaixamento salarial, e com índices crescentes de intensificação do trabalho e maior volume de metas de demandas na jornada semanal.

A pesquisa revelou ainda que a maioria dos respondentes, cerca de 47%, está entre a faixa etária de 25 a 35 anos, o que significa que a maioria se formou nos dez últimos anos e como um dos critérios da pesquisa era que a formação tivesse ocorrido em respaldo de orientação das diretrizes curriculares da ABEPSS, presumiu-se que este critério foi atendido. Uma tendência histórica na formação profissional em Serviço Social, confirmou-se mais uma vez, a relação entre a profissão do Serviço Social e sua acentuada presença feminina, pois 91% dos sujeitos foram mulheres. Essa característica no perfil social da profissão perpassa o momento das protoformas do Serviço Social e se manifesta atualmente, mesmo que o significado social e o perfil de formação e de exercício profissional tenham sido profundamente modificados.

A análise do perfil social de assistentes sociais participantes revelou ainda que a maioria dos profissionais, 87% pertencem a religiões de denominação cristãs, com 58,16% católicas e 28,87% vinculadas às religiões evangélicas. Esse perfil social do componente religioso da moral cristã pode influenciar as ações profissionais e, em alguns casos, quando há identificação entre o conservadorismo religioso e a ação profissional, como nos explica Carvalho (2017), que ocorre quando a ética profissional do assistente social, de direção emancipatória em consonância com o projeto ético-político não é apreendido/adotado, sendo substituído por valores morais religiosos. Ainda sobre o perfil social, com ênfase na unidade familiar, 90% se autodeclararam

heterossexuais, 53,9% possuem uniões estáveis e ainda 62,76% mencionaram que se vinculavam a uma família nuclear tradicional.

As características do perfil social de assistentes sociais do estado do Pará reforçam a necessidade de uma formação profissional com organização curricular coesa com o atual projeto de formação profissional em Serviço Social, organizado a partir das diretrizes curriculares discutidas e aprovadas em assembleia geral da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em novembro de 1996. As diretrizes formam um conjunto articulado de princípios e diretrizes que remetem a conhecimentos inter-relacionados e organizados em três núcleos de fundamentação: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional¹².

Como explica Villar (2015), os dois primeiros núcleos de fundamentação relacionam a totalidade da vida social e particularidade histórica da realidade brasileira (e sua diversidade regional) com a análise dos componentes fundamentais do ser social, enquanto o terceiro núcleo de fundamentação trata das requisições e respostas profissionais, além dos determinantes sociais do trabalho profissional. Os núcleos de fundamentação pressupõem capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Por isso, diante de um perfil social dos sujeitos participantes, que é parte de movimento histórico da sociabilidade burguesa, o projeto ético-político da categoria revela-se fundamental no processo de formação profissional para que o perfil do profissional possa de fato, apreender o significado social da profissão, sua fundamentação teórico-metodológica, suas demandas profissionais a partir das particularidades de constituição e desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira e de suas regiões territoriais, além de propor ações na realidade e no exercício profissional em consonância com suas competências e atribuições legais.

Isso significa que as diretrizes curriculares da ABEPSS representam, além da qualificação profissional, uma forma de resistência ao levante conservador,

¹²Villar (2015) afirma que as diretrizes da ABEPSS estabelecem padrões de qualificação e universalização para os cursos de Serviço Social, com princípios e diretrizes comuns em todo país, cabendo a cada IES a elaboração e o desenvolvimento de seu currículo pleno.

que visa, no momento de formação profissional, transformar noções de um *ethos* social de caráter predominantemente burguês, em um projeto profissional pautado pelo agir ético-político emancipatório. Uma necessidade de enfrentar as diversas formas de dominação, exploração e opressão social de classe, gênero, etnia/raça e diversidade sexual.

Competências e atribuições profissionais

Sobre as condições de trabalho, a partir das respostas dos 478 sujeitos, identificou-se que: 75,10% residem no mesmo município onde trabalha; 61,09% trabalham no regime de 30 horas semanais e 32,43% 40 horas semanais. Independente da duração da jornada de trabalho semanal, 63 % dos participantes da pesquisa relataram que ultrapassam sua jornada de trabalho, sendo que 48,74% informaram que ainda levam trabalho para casa. Mesmo assim, 65,69% dos sujeitos da pesquisa, acreditam que o volume de trabalho é compatível com sua jornada semanal.

Quanto ao rendimento médio mensal, 84% recebem entre 1 a 4 salários-mínimos. Na faixa salarial mais baixa, com rendimentos médio entre 1 a 2 salários-mínimos, se concentram 42% dos entrevistados, enquanto apenas 7% se encontrava na faixa salarial mais elevada, com recebimentos médios acima de 6 salários-mínimos. Cabe ressaltar que entre os entrevistados com rendimento médio mensal entre 1 a 2 salários mínimos, 44,61% foi formado em modalidade de ensino à distância, ao passo que os assistentes sociais que recebiam mais de 6 salários-mínimos, em sua maioria, 82,35%, foram formados em instituições de ensino público.

Os entrevistados demonstram um acirramento das condições objetivas de trabalho, como sobrecarga de trabalho, baixos salários que rebatem diretamente sobre as competências e atribuições profissionais, que, portanto, interferem no conjunto de condições que possibilitam a realização dos resultados das intervenções profissionais projetadas.

As entrevistas semiestruturadas com oito (8) assistentes sociais tratam da relação entre a formação profissional, o trabalho profissional e a apreensão sobre as competências e atribuições. Sobre o questionamento do **significado do Serviço Social enquanto categoria** obtivemos respostas que associam a

profissão à execução técnica, execução da prática para dar respostas às demandas; uma forma de facilitação do caminho para os direitos do cidadão; a valorização do profissional nas equipes multi e interdisciplinares; a valorização da dimensão ética; foram articuladas as atuações diante da precariedade dos serviços públicos; houve reflexões sobre a necessidade de o profissional não se limitar à atuação institucional e sobre o partidarismo como um determinante no processo de atuação e exigências institucionais para o profissional.

No que tange à **fundamentação teórico-metodológica** houve três direcionamentos para as respostas: os que não consideram importante as teorias com a justificativa de que nenhuma alcança os objetivos da atuação e da realidade; os que tentam se aproximar do referencial embasado na teoria social crítica, mas reconhecem que é uma atividade complexa e houve ainda os/as que confundiram teoria com legislação.

A primeira e terceira resposta apreendem a fundamentação teórico-metodológica de maneira semelhante, pois ambas partem do trato problemático identificado por Santos (2012), em que se espera que a teoria se transforme imediatamente em prática ou que ofereça os procedimentos para intervenção, como se os instrumentos fossem próprios e retirados da teoria. Assim, na primeira resposta, como teoria “de ruptura” não se converte imediatamente em “prática de ruptura”, se afirma que uma identidade entre teoria e prática, mas isso só ocorre quando a apreensão do real se limita à aparência e, por isso, o resultado da intervenção torna-se uma prática meramente manipulatória, que intenta uma repetição abstrata na tentativa de padronização dos atendimentos.

Enquanto que na terceira resposta, a ênfase da identificação entre teoria e prática, recai sobre a dimensão prática e, tomam-se, como nos diz Santos (2012), instrumentos e técnicas como prática. Nesse sentido, as demandas do mercado de trabalho são imediata e exclusivamente associadas à prática profissional, reduzindo o significado social da profissão. Por isso a agravante da identificação entre teoria e legislação, não apenas a teoria se reduz na requisição de “modelos” para intervenção, identificando conhecimento teórico com conhecimento procedimental, mas a própria apreensão sobre a formação profissional do Serviço Social se limita a uma única dimensão, a saber, o “como utilizar os instrumentos”, excluindo as reflexões sobre as finalidades da

intervenção profissional e o horizonte do agir ético, indicado na dimensão ético-política.

A segunda resposta em torno da fundamentação teórico-metodológica demonstra que a complexidade de aproximação envolve o campo do conhecimento das relações sociais que incidem sobre a intervenção profissional, portanto, aprofundamento do conhecimento teórico e do conhecimento procedimental, e também envolve as demandas e respostas que a profissão precisa construir no plano da intervenção imediata e no plano da intervenção profissional imediata, que apreende e dinamiza as mediações contidas na realidade, que criam desdobramentos que não se esgotam na mera prática manipulatória.

No eixo de análise **Demandas Sociais** buscamos analisar como os profissionais, ao relatarem experiências de suas atuações, respondem às demandas conforme os direcionamentos das teorias sociais que embasam a formação profissional. E identificamos respostas com forte teor tecnicista, resumidos à utilização dos instrumentos sem análise relacionada à teleologia e causalidade; destacamos a extrema formalização e foco nas relações institucionais como única alternativa. É importante também considerar que todos os profissionais reconhecem as expressões da Questão Social que atendem, porém a maioria não faz relação com a totalidade conjuntural e estrutural da sociedade. Muito menos com o processo de precarização do trabalho. Houve também um grupo de profissionais que se reconheceu como articulador dos direitos da classe trabalhadora e destacou o fortalecimento do projeto ético-político.

No que diz respeito aos aspectos direcionados para atuação profissional nas Políticas Públicas e Sociais, damos destaque para os seguintes eixos: o primeiro se configura através do **Planejamento Profissional e Institucional**. Foi surpreendente a verificação de que a maioria dos profissionais confundem o planejamento de suas atividades com o Planejamento Institucional; atribuem o fato de alguns serviços prestarem respostas a demandas espontâneas como uma forma de impedimento para o processo de planejamento. Em contrapartida, todos valorizam o processo de avaliação do atendimento e dos serviços prestados pelas Políticas Públicas e Sociais e reconhecem que a precarização

do trabalho (identificada na apresentação dos dados quantitativos) não permite espaço temporal para o planejamento.

Sobre a **Dimensão Investigativa** da atuação profissional foi possível analisar que os/as profissionais tendenciam a confundir a pesquisa com leituras, formação continuada ou resumi-las ao âmbito acadêmico apenas. Outros acham que a pesquisa abrange a tentativa de sistematizar os dados dos atendimentos, o que é dificultado pela dinâmica da rotina do trabalho e pesquisar locais e serviços para rede de atendimento.

Em relação a alguns instrumentos específicos como **Estudos Sociais, laudos, pareceres e perícias** os/as profissionais tratam muito sobre o relatório social como instrumento de uso contínuo e apontam limitação no processo de formação quanto à elaboração dos documentos técnicos com aprofundamento destes pós-graduação ou quanto participantes de projetos de extensão e/ou a prática do estágio. No que diz respeito à **Prática profissional de assessoria e consultoria** os/as profissionais afirmam que não se sentem preparados na formação de graduação para estas atividades. Os que fizeram alguma formação em nível *lato* ou *stricto sensu* afirmam que apenas suas pós-graduações fornecem as informações e seguranças necessárias para esta atuação. Há também um grupo de profissionais que se sentiram seguros para estas atividades apenas após as práticas laborativas anteriores.

No quesito **participação dos usuários nas instituições**, os profissionais afirmam que esta participação é mínima e atribuem essa questão ao fato de o usuário ser acostumado a ser tutelado e achar que não deve interferir no serviço prestado, ou que não há interesse por parte do usuário, que não há tradição de participação nas instituições. Há os que resumem a participação a reclamações na ouvidoria. Apenas um/uma participante relacionou esta participação ao controle social, à participação nas assembleias institucionais e nas decisões nos serviços oferecidos.

Sobre o **uso da informática** os/as participantes acreditam ser necessário o domínio e a utilização deste recurso, porém as precarizações dos trabalhos implicam dificuldades de acesso e utilização como instrumento do trabalho profissional, mas refletem sobre a incorporação das tecnologias como uma tendência atual no trabalho dos Assistentes Sociais.

Considerações finais

Este trabalho sumariou os principais resultados da pesquisa realizada pelo GEPSS/PPGSS/UFGPA entre os anos de 2014 a 2017, que precisam ser aprofundados e discutidos, principalmente como parte de um movimento histórico da realidade social que delinea avanços, possibilidades e limites no desenvolvimento da formação profissional e do exercício profissional no horizonte do Projeto Ético-político do Serviço Social.

Os principais resultados, portanto, revelam a necessidade de realização de novas pesquisas, que aprofundem a questão sobre a formação profissional e a realidade de condições de trabalho do assistente social no estado do Pará, quanto demonstram que essas duas dimensões, formação profissional e exercício profissional, são atravessadas por determinações que tendem a precarizar de forma intensa as condições objetivas para a formação alicerçada nos parâmetros das diretrizes curriculares da ABEPSS e do exercício profissional fragilizado por relações de trabalho de contratos temporários, longas e exaustivas jornadas de trabalho e baixa remuneração profissional.

A formação profissional que não expressa a relação orgânica entre as dimensões técnico-operativa, ético-política e técnico-operativa, aliada ao exercício profissional com condições cada vez mais precarizadas de inserção laborativa, aumentam as tendências de subalternização desses profissionais, reforçam a errônea interpretação da identidade entre teoria e prática, que resultam na assimilação de uma intervenção meramente manipulatória, que não compreende a prática como resultado de uma direção profissional da categoria, que prescinde da formação teórica, política, ética e técnica.

A formação profissional e o exercício profissional que não compreendem à relação de unidade entre teoria e prática, mas sim a uma relação de identidade, atribuem aos instrumentos e técnicas uma supervalorização que oculta as necessidades sociais reais e as relações contraditórias que perpassam a intervenção profissional, excluem as finalidades ético-políticas vinculadas ao projeto emancipatório presente no projeto ético-político.

Isso significa que, nesta formação, não se reconhece que a teoria oferece subsídios a finalidade planejada, a análise e estudo do real, das experiências e condições objetivas presentes na atuação profissional e na utilização dos

instrumentos e, assim, ela pode ser substituída pela intervenção reduzida à legislação, aos manuais técnicos, a modelos operativos padronizados.

A falsa identificação entre teoria-prática, resultou em diversos momentos identificados na pesquisa, como compreensões da profissão restritas às lógicas institucionais, que repercutem sobre o âmbito do chamado planejamento profissional, que mesmo reconhecido como importante, em alguns casos, esse foi limitado ao planejamento institucional e assumido como idêntico ao planejamento do Serviço Social. Da mesma maneira, compareceu uma apreensão da separação entre atuação profissional e acadêmica em relação à dimensão investigativa e a pesquisa, como se estas fossem atividades necessárias apenas ao espaço acadêmico. Houve também dificuldade de compreender a diferenciação e a utilização, com críticas à formação, sobre relatórios, laudos e pareceres sociais.

Sobre a participação do usuário, em diversos momentos emergiu a falta de clareza sobre o “que é a participação” e “como se efetiva”, pois identificaram participação como a mera emissão de sugestões e/ou reclamações nas instituições, assim como, outros afirmaram que não havia participação por desinteresse dos usuários, esquecendo-se que o estímulo à participação é um compromisso ético-político da profissão.

Apesar das dificuldades enfatizadas, a pesquisa constatou também que, no mesmo período, houve um avanço nos esforços para compreensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas profissionais. A formação profissional e o exercício profissional em consonância com o projeto ético-político, alicerçado na Lei de regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/1993), no Código de Ética Profissional e nas diretrizes curriculares da ABEPSS, repercute na realidade profissional e possibilita mudanças na intervenção profissional, assim como promove a procura por formação continuada e também pela pós-graduação. Dessa maneira, compreende-se que o compromisso com a formação profissional e com o exercício profissional fundamentado pelo projeto ético-político constitui-se como uma forma de enfrentamento da categoria diante do contexto de reformas regressivas em relação aos direitos sociais arduamente conquistados.

Referências

CARVALHO, H. H. R. **Serviço Social e conservadorismo religioso**: estudo das implicações éticas no agir profissional. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Formação profissional em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém-Pará**: estudo da implantação das diretrizes curriculares de 2002 e seus impactos na qualidade da formação do assistente social. Relatório de Pesquisa. Belém: GEPSS/PPGSS/UFGPA, 2017.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

VILLAR, V. L. C. **Formação em Serviço Social**: a implantação do curso em universidades públicas federais do Rio Grande do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.